

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.217 - MT (2019/0355712-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : ANTÔNIO MARTINELLI JÚNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : ELAINE VALÉRIA CALIMAN - PR053725  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTÔNIO MARTINELLI JÚNIOR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, no julgamento do HC n. 1013661-85.2019.8.11.0000.

Noticiam os autos que o recorrente, "*teve em seu desfavor decretada em 02 de julho de 2019 a ordem de prisão temporária pela prática, em tese, do delito tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, ocorrido no dia 15 de abril de 2019, aproximadamente às 17h30min, na Comarca de Alto Araguaia/MT, tendo por vítimas, Olavo Teobaldo Ferreira e Francisco José Denipote*"(e-STJ fl. 755).

Consta ainda que, "*a prisão foi regularmente cumprida em 21 de julho de 2019 na Comarca de Apucarana/PR, sendo recebida a denúncia e convertida em prisão preventiva em 21 de agosto de 2019*" (e-STJ fl. 756).

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Salienta a ausência de evidências robustas de autoria delitiva em seu desfavor, esclarecendo que "*as testemunhas ouvidas pela Autoridade Policial em momento algum afirmam que o Recorrente é autor ou partícipe do crime em pareço, tampouco apontam os corréus como executores ou mandantes*" (e-STJ fl. 815).

Ressalta que "*a denúncia anônima para ser dotada de validade e força indiciária, deve ser ratificada por demais elementos*" (e-STJ fl. 815), o que não teria acontecido na hipótese dos autos.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria absolutamente primário, de bons antecedentes, possui ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e

manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho da decisão que converteu a prisão temporária em preventiva (e-STJ fls. 769/770):

*No caso em exame, verifico que há elementos idôneos ao convencimento da existência da materialidade e dos indícios suficientes de autoria, extraídos, sobretudo, a partir dos boletins de ocorrência, bem como das declarações à autoridade policial na fase de investigação, além dos elementos colhidos por meio de interceptações telefônicas e quebra de dados telefônicos, nos autos 121907 e 122650, aliados as provas periciais juntadas aos autos, imagens, bem como da perícia realizada para identificação genética da vítima. Com efeito, cumpre mencionar que no curso das investigações, foram realizadas 03 (três) denúncias, imputando a autoria do crime aos denunciados.*

*Assim, reputo presentes os indícios suficientes de autoria e materialidade em relação a Antônio Martinelli Júnior, Rafael Schweger e Célio Morante Beserra.*

*De sua vez, o periculum libertatis é extraído da gravidade concreta do crime, o qual foi praticado em concurso de agentes, vez que conforme denúncias, no veículo que perseguiram as vítimas haviam duas pessoas. Aliado ao fato de que o crime teria ocorrido por motivo de vingança, vez que Antônio Martinelli (suposto mandante do crime) e a vítima Olavo litigavam em procedimento judicial, tendo a decisão judicial sido favorável a vítima, sendo que Antônio Martinelli se recusava a cumprir a ordem judicial.*

*Tais circunstâncias indicam que a custódia cautelar é necessária à tutela da ordem pública, conveniência da instrução criminal, bem como da aplicação da lei penal, na forma do artigo 312, caput, do Código de Processo Penal, pois é certo que a liberdade dos acusados acima apontados importou em maiores dificuldades à equipe de investigação na missão de desvendar o ocorrido, e, de certo, trará dificuldades a instrução criminal.*

*Por oportuno, não se pode olvidar que o conceito de ordem pública abrange não só a tentativa de se evitar a reiteração delituosa, mas também, o acautelamento social decorrente da repercussão (sic.) negativa e do estado de insegurança, de intranquilidade e de impunidade efetivamente causado com a prática do delito em questão. No caso dos autos, percebe-se a gravidade in concreto dos delitos supostamente cometidos por Antônio*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Martinelli Júnior, Rafael Schweger e Célio Morante Beserra, já se mostram suficientes para lesionar a ordem pública*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**